



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680309 - SP (2021/0220061-2)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : IRANILDO DA SILVA ALVES BRASIL
ADVOGADO : IRANILDO DA SILVA ALVES BRASIL - SP359208
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LUIZA DE LEMOS (PRESO)
CORRÉU : RITA DE CASSIA DE LEMOS
CORRÉU : ANTONIO CARLOS DOS REIS SARUVA
CORRÉU : ANDRESSA PEREIRA SILVA DOS SANTOS
CORRÉU : GILBERTO JORDAO DA SILVEIRA
CORRÉU : LEANDRO SILVA DE MOURA
CORRÉU : VANDERLEI DA SILVA DE ALMEIDA
CORRÉU : REINALDO ADRIANO CABRAL MACHADO
CORRÉU : JOAO ALBERTO PEREZ DOS SANTOS
CORRÉU : CESIO MURILO ALVES DE SOUSA
CORRÉU : UBIRATAN CAMILO DA SILVA
CORRÉU : KAIQUE DE JESUS GARCIA
CORRÉU : YDAGI GONCALVES BORGES
CORRÉU : ROGERIA GOMES FERREIRA BARBOZA
CORRÉU : MAURICIO EVANGELISTA GOMES
CORRÉU : KEISY CRISTINE COSTA DOS SANTOS
CORRÉU : MONIQUE SILVA DE MARINS
CORRÉU : JAMILSON DA SILVA RODRIGUES
CORRÉU : EDIMILSON DA SILVA BONFIM
CORRÉU : ANDRO BATISTA RODRIGUES DA SILVA
CORRÉU : MATHEUS BATISTA RODRIGUES DA SILVA
CORRÉU : GISELIA APARECIDA KUMAGAI
CORRÉU : ADNA CRISTIANE COSTA
CORRÉU : JAIR DA SILVA
CORRÉU : MATHEUS MARCELINO PEREZ DOS SANTOS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* impetrado em favor de LUIZA DE LEMOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2124848-93.2021.8.26.0000).

A paciente teve decretada prisão preventiva em seu desfavor nos autos da ação penal em que foi denunciada por infração ao art. 2º, §§ 3º e 4º, inciso II, da Lei n. 12.850/2013, ao art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, em continuidade delitiva, na forma do art. 71, *caput*, do Código Penal e no art. 333, parágrafo único, do mesmo diploma legal, por cinco vezes, em concurso material (fl. 101).

Formulado pedido de prisão domiciliar em favor da acusada, consta que o pleito foi indeferido pelo Juízo de primeiro grau, por decisão ratificada pela Corte estadual em julgamento de *habeas corpus*.

O impetrante requer a concessão de liminar "a fim de que a norma do artigo 318, II, do CPP, tenha sua vigência reconhecida, convertendo a preventiva em prisão domiciliar" (fl. 10).

Sustenta que a paciente faria jus à substituição do cárcere por recolhimento domiciliar, nos termos do art. 318, inciso II, do Código de Processo Penal, tendo em vista que, "em razão do câncer na faringe, foi submetida ao procedimento cirúrgico de traqueostomia por força do quadro de insuficiência respiratória apresentada" (fl. 4), fazendo parte do grupo de risco da covid-19.

Destaca que a paciente é pessoa extremamente debilitada por motivo de doença grave, e os crimes pelos quais foi acusada não envolvem violência ou grave ameaça contra pessoa, circunstâncias que denotariam a desnecessidade de sua manutenção no cárcere.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade, demonstrada de plano.

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento prisional do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, a parte impetrante não demonstrou a flagrante ilegalidade da decisão atacada, principalmente porque o relator na origem expôs o seguinte (fls. 363-364):

Por fim, anote-se que a situação de pandemia causada pelo surgimento da Covid-19 não autoriza, por si só, a concessão automática da prisão domiciliar a todos aqueles que se encontram presos.

[...]

De fato, as normativas editadas a respeito do tema não possuem caráter vinculante, bem como a situação carcerária do país ou o fato de a paciente supostamente se enquadrar em um grupo de risco não são suficientes para a concessão do benefício.

Ademais, a Defesa não apresentou qualquer comprovação de que a acusada se enquadra no grupo de vulneráveis do Covid-19, tampouco a impossibilidade de receber eventual tratamento no estabelecimento prisional, caso necessite; não se olvidando que o Relatório Médico acostado aos autos dá contada evolução da doença da paciente desde 20.05.2014, seu tratamento e finaliza com alta da oncologia em 25.10.2019, sem evidência da doença há cinco anos, boa adaptação à traqueostomia e data da última consulta à distância. Importante mencionar que a mera expectativa de risco de contágio não se enquadra na Resolução 62 do CNJ, sendo certo que o sistema prisional conta com meios para prevenção da enfermidade.

[...]

Demais disso, é sabido que as unidades prisionais reforçaram medidas preventivas de higiene, com foco no aumento da frequência de limpeza dos espaços de circulação e permanência dos detentos, bem como higienização das estruturas dos estabelecimentos prisionais.

E, conforme bem observado nos pelo ilustre Parquet nos autos do habeas corpus nº 0013574-95.2020.8.26.0000, a sociedade já está em risco na área da saúde pública em razão da pandemia. Mostra-se desarrazoado e até teratológico que seja exposta a risco ainda maior (de segurança pública), com a soltura de pessoas encarceradas justamente porque representam risco à ordem pública. Ora, seria verdadeiro contrassenso que diante do risco à ordem pública causado pela pandemia, a solução das autoridades seja justamente liberar pessoas que causam risco ao convívio social, duplicando o risco da sociedade em geral.

Por estas razões, diante da ausência de justificativa concreta do perigo iminente de contaminação em situação bem diferente daquela imposta ao cidadão comum, ou, ainda, de comprovação que a paciente não teria eventual atendimento na unidade prisional em que se encontra, não há como se conceder qualquer benefício nesta estreita via do habeas corpus.

Não se verifica, portanto, em juízo sumário, o desrespeito à Recomendação CNJ n. 62/2020, tampouco à decisão do STF.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente